Anvisa alerta e orienta sobre o prazo de adequação às regras de regularização de alimentos

O prazo para notificação de suplementos alimentares e alimentos para controle de peso na Anvisa termina nesta terça-feira (1º/9)

As vigilâncias sanitárias e o setor produtivo devem estar atentos ao prazo estabelecido pela Anvisa para a regularização de suplementos alimentares e alimentos para controle de peso enquadrados nas regras de transição da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 843/2024. Produtos comunicados à Vigilância Sanitária local até 31 de agosto de 2024 devem ser notificados à Anvisa até está terça-feira (1º/9).

A Agência alerta que a notificação é obrigatória para a manutenção da regularização sanitária desses produtos. Os suplementos e alimentos para controle de peso já notificados na Anvisa podem ser consultados neste link: https://consultas.anvisa.gov.br/#/alimentos/

Entretanto, é importante destacar que a ausência da notificação não torna o produto automaticamente irregular no mercado. Os produtos devidamente comunicados à vigilância sanitária local até 31 de agosto de 2024 e fabricados até esta terça-feira (1º/9) poderão continuar sendo comercializados até o término de seu prazo de validade, mesmo sem notificação junto à Anvisa.

Para fins de fiscalização, recomenda-se que sejam consideradas a data do comunicado de início de fabricação ou importação perante a Vigilância Sanitária local, a data de fabricação do respectivo lote, o prazo de validade e os elementos disponíveis para sua rastreabilidade. A partir dessas informações e das particularidades de cada produto, caberá à autoridade sanitária competente avaliar a situação regulatória e a eventual necessidade de adoção das medidas sanitárias que entender aplicáveis.

Considerando o encerramento, em 1º de setembro de 2026, do prazo estabelecido para a adequação dos produtos abrangidos pelas regras de transição, recomenda-se que as empresas promovam, caso ainda não o tenham feito, a regularização e a adequação de seus produtos às disposições da regulamentação vigente, observadas as condições e os prazos aplicáveis a cada caso. A medida visa evitar eventuais restrições à produção e à comercialização.

A Anvisa ainda esclarece que o prazo de adequação encerrado em 1º de setembro de 2026 diz respeito exclusivamente à regularização dos suplementos alimentares por meio de sua notificação, conforme as regras de transição estabelecidas pela RDC 843/2024. As disposições transitórias não instituíram novo prazo para o cumprimento das demais exigências sanitárias aplicáveis a suplementos alimentares, incluindo aquelas previstas na RDC 243/2018, como a realização de estudos de estabilidade e outros requisitos técnicos necessários à comprovação da qualidade e da segurança dos produtos.

Dessa forma, os produtos comunicados à vigilância sanitária local até 31 de agosto de 2024 e fabricados até 1º de setembro de 2026 devem atender integralmente a todas as exigências sanitárias vigentes, incluindo as estabelecidas pela RDC 243/2018.

Confira as orientações abaixo:


ALERTA ÀS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS E AO SETOR PRODUTIVO
Suplementos alimentares e alimentos para controle de peso comunicados à Vigilância Sanitária local até 31/08/2024 devem ser NOTIFICADOS à Anvisa até 01/09/2026
ATÉ 31/08/2024
Produto comunicado à Vigilância Sanitária local
Suplemento alimentar ou alimento para controle de peso
Produto enquadrado na regra de transição da RDC 843/2024
01/09/2026
PRAZO FINAL: 01/09/2026
NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA À ANVISA
PRODUTO NÃO FOI NOTIFICADO ATÉ 01/09/2026?
Não pode continuar sendo fabricado
Não podem ser produzidos novos lotes
Não mantém a regularização sanitária
ATENÇÃO FISCALIZAÇÃO
A simples ausência de notificação na Anvisa NÃO torna imediatamente irregular o produto encontrado no mercado.
IMPORTANTE
Produtos comunicados à Visa local até 31/08/2024 e fabricados até 01/09/2026 podem continuar sendo comercializados até o final de seu prazo de validade, mesmo sem notificação na Anvisa.
VISA
PRODUTO NÃO NOTIFICADO ENCONTRADO NO MERCADO APÓS 01/09/2026
Foi comunicado à Visa local até 31/08/2024?
NÃO
IRREGULARIDADE
SIM
O lote foi fabricado até 01/09/2026?
NÃO
IRREGULARIDADE
SIM
O prazo de validade está vigente?
NÃO
PRODUTO VENCIDO
SIM
PODE CONTINUAR SENDO COMERCIALIZADO
01/09/2026
ANTES DE CONSIDERAR O PRODUTO IRREGULAR, VERIFIQUE:
Data do comunicado à Vigilância Sanitária local
Data de fabricação do lote
Prazo de validade
Rastreabilidade do produto
ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária


ALERTA ÀS VIGILÂNCIAS SANITÁRIAS E AO SETOR PRODUTIVO
Suplementos alimentares e alimentos para controle de peso comunicados à Vigilância Sanitária local até 31/08/2024 devem ser NOTIFICADOS à Anvisa até 01/09/2026
ATÉ 31/08/2024
Produto comunicado à Vigilância Sanitária local
Suplemento alimentar ou alimento para controle de peso
Produto enquadrado na regra de transição da RDC 843/2024
01/09/2026
PRAZO FINAL: 01/09/2026
NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA À ANVISA
PRODUTO NÃO FOI NOTIFICADO ATÉ 01/09/2026?
Não pode continuar sendo fabricado
Não podem ser produzidos novos lotes
Não mantém a regularização sanitária
ATENÇÃO FISCALIZAÇÃO
A simples ausência de notificação na Anvisa NÃO torna imediatamente irregular o produto encontrado no mercado.
IMPORTANTE
Produtos comunicados à Visa local até 31/08/2024 e fabricados até 01/09/2026 podem continuar sendo comercializados até o final de seu prazo de validade, mesmo sem notificação na Anvisa.
PRODUTO NÃO NOTIFICADO ENCONTRADO NO MERCADO APÓS 01/09/2026
Foi comunicado à Visa local até 31/08/2024?
NÃO
IRREGULARIDADE
SIM
O lote foi fabricado até 01/09/2026?
NÃO
IRREGULARIDADE
SIM
O prazo de validade está vigente?
NÃO
PRODUTO VENCIDO
SIM
PODE CONTINUAR SENDO COMERCIALIZADO
01/09/2026
VISA
ANTES DE CONSIDERAR O PRODUTO IRREGULAR, VERIFIQUE:
Data do comunicado à Vigilância Sanitária local
Data de fabricação do lote
Prazo de validade
Rastreabilidade do produto
ANVISA
Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Já estão disponíveis materiais do diálogo setorial sobre atualização das listas de óleos e gorduras vegetais

Evento reuniu 170 participantes e discutiu proposta de atualização da composição de ácidos graxos de óleo de palma, óleo de palmiste e suas frações

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da Gerência-Geral de Alimentos (GGALI), realizou, no dia 27 de agosto, diálogo setorial virtual sobre a atualização periódica da Instrução Normativa (IN) 87/2021, com foco na composição de ácidos graxos de óleo de palma, óleo de palmiste e suas frações. O evento contou com a participação de 170 representantes de diferentes segmentos da sociedade.

O encontro teve como objetivos contextualizar o Tema 3.31 da Agenda Regulatória 2026-2027, apresentar a proposta de atualização periódica da IN 87/2021 e o planejamento das próximas etapas, além de esclarecer dúvidas e coletar subsídios e percepções dos interessados.

Durante a apresentação, foram abordados a regulamentação de óleos e gorduras vegetais, o histórico do processo regulatório e os fundamentos do pleito de alteração das faixas de composição de ácidos graxos. Também foram apresentados os dados técnicos considerados pela Anvisa, a metodologia utilizada na avaliação estatística e as propostas de alteração para óleo de palma, oleína de palma, superoleína de palma, estearina de palma e óleo de palmiste.

Na etapa de participação social, foram apresentadas dúvidas e contribuições relacionadas, entre outros aspectos, à representatividade das amostras analisadas, à caracterização das diferentes frações de palma, à variabilidade da composição dos óleos e ao uso do perfil de ácidos graxos como parâmetro de identidade e possível indicativo de contaminação ou mistura com outros óleos. Também foram registradas sugestões para avaliação futura de parâmetros complementares, como ponto de névoa e ponto de fusão para frações do óleo de palma.

Após as discussões, a GGALI concluiu que os dados disponíveis e estruturados justificam o prosseguimento da proposta de atualização das faixas de composição de ácidos graxos. Ressalta-se que este é um tema de atualização periódica, sendo as disposições normativas passíveis de revisão à medida que novas evidências científicas e dados consistentes se tornem disponíveis. Nesse contexto, a Agência incentiva o encaminhamento contínuo de dados, estudos e informações tecnicamente fundamentadas pelos setores interessados, de modo a subsidiar futuras avaliações e o aperfeiçoamento regulatório.

Como próximas etapas, está prevista a elaboração da minuta de atualização periódica da IN 87/2021, seu encaminhamento à Diretora Relatora e posterior inclusão em pauta de reunião da Diretoria Colegiada para deliberação.

Para consulta e acompanhamento do tema, estão disponíveis os seguintes materiais:

- Gravação do diálogo setorial
- Apresentação atualizada realizada no evento
- Memória da reunião

Anvisa amplia prazo para envio de contribuições sobre regulamentação da Lei 15.404/2026

Interessados poderão encaminhar subsídios técnicos até 13 de outubro. Novo prazo será aplicado a todos os participantes

Durante o diálogo setorial virtual realizado em 11 de agosto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da Gerência-Geral de Alimentos (GGALI), estabeleceu prazo de 30 dias para que os agentes afetados e demais interessados encaminhassem contribuições técnicas sobre as alternativas, lacunas e questões relacionadas à regulamentação da Lei 15.404/2026.

O prazo, inicialmente fixado até 11 de setembro, foi um dos encaminhamentos acordados ao final do encontro e posteriormente divulgado no portal da Anvisa, juntamente com o documento de base, a apresentação, a memória e a gravação do diálogo setorial. As contribuições recebidas nessa etapa serão utilizadas para aprofundar as análises técnicas e jurídicas e subsidiar a definição da estratégia regulatória e das próximas etapas do processo.

A GGALI informa que esse prazo foi ampliado até 13 de outubro. A prorrogação atende a uma solicitação apresentada por entidade representativa dos produtores de cacau, que informou necessitar de prazo adicional para consultar produtores, associações, especialistas e grupos técnicos e para reunir dados, evidências e avaliações sobre as matérias discutidas no diálogo.

Entre os temas que demandariam aprofundamento estão o cálculo dos sólidos de cacau, os limites técnicos para cascas e películas, o uso de outras gorduras vegetais, os sólidos de leite, a rotulagem, a compatibilidade com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 723/2022, a rastreabilidade e a comprovação da conformidade

A ampliação busca permitir que os diferentes segmentos apresentem contribuições tecnicamente fundamentadas e representativas das distintas realidades da cadeia produtiva. Para assegurar tratamento isonômico e oportunidade equivalente de manifestação, o novo prazo será aplicado a todos os agentes afetados e demais interessados.

Contribuições esperadas

Os interessados poderão apresentar dados, estudos, evidências, propostas alternativas e outros subsídios relacionados às opções, lacunas e questões discutidas no diálogo setorial.

Sempre que possível, recomenda-se que as contribuições indiquem:

- o dispositivo legal ou tema a que se referem;
- a alternativa ou proposta defendida;
- os respectivos fundamentos técnicos, científicos ou jurídicos;
- os dados, estudos e demais evidências disponíveis;
- os possíveis impactos sobre os diferentes segmentos da cadeia produtiva, consumidores e atividades de controle sanitário; e
- os requisitos considerados necessários para implementação, comprovação da conformidade, rastreabilidade e fiscalização.

Também é importante que as propostas considerem a interdependência entre as etapas de produção, processamento, fabricação e utilização dos produtos derivados de cacau e chocolates. A articulação entre os diferentes elos da cadeia pode contribuir para identificar pontos de convergência e divergência, impactos e desafios de implementação.

Próximas etapas

As alternativas apresentadas pela GGALI durante o diálogo setorial são preliminares e não representam decisões da Anvisa. As contribuições recebidas serão consolidadas e analisadas para aprofundar as avaliações técnicas e jurídicas e subsidiar a definição da estratégia regulatória e das próximas etapas de participação social.

A prorrogação não altera a data de entrada em vigor da Lei nº 15.404/2026, estabelecida para 6 de maio de 2027. Por esse motivo, 13 de outubro será o prazo final para o recebimento de contribuições nesta etapa.

Como participar

As contribuições deverão ser encaminhadas até 13 de outubro, por meio de protocolo SEI, direcionado à GGALI.

O documento de base, a apresentação, a memória e a gravação do diálogo setorial estão disponíveis na página Já estão disponíveis materiais do diálogo setorial sobre regulamentação da Lei nº 15.404/2026.

Anvisa realiza 16ª Reunião Ordinária Pública da Diretoria Colegiada

Encontro será transmitido a partir das 9h30 desta quarta-feira (2/9)

Nesta quarta-feira (2/9), os diretores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) se reúnem, a partir das 9h30, para a 16ª Reunião Ordinária Pública de 2026.

Veja a pauta completa da reunião. As minutas das propostas em fase de deliberação também já podem ser consultadas.

Acompanhe a transmissão no canal da Anvisa no YouTube.

16ª Reunião Pública da Diretoria Colegiada (Dicol) de 2026

Data: 2/9

Horário: 9h30

Local: a reunião será realizada na sala de reuniões da Dicol, na sede da Anvisa, em Brasília (DF)

Acompanhe a reunião no canal da Anvisa no YouTube:

Anvisa determina apreensão de produtos da marca United Labz

Medicamentos não têm regularização sanitária e não podem ser vendidos no país

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou nesta terça-feira (1º/9) a apreensão de todos os produtos da marca United Labz.

Os medicamentos são fabricados por empresa desconhecida e não possuem registro, notificação ou cadastro na Agência, embora sejam anunciados e comercializados.

Os produtos não podem ser fabricados, armazenados, distribuídos, vendidos, importados, divulgados e utilizados.

Confira a Resolução 3.440/2026 no Diário Oficial da União (DOU).

Fonte: Anvisa, em 01.09.2026.